



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013700-55.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Exequente: **Julia Caroline de Araujo Almeida**  
 Embargado: **FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**VISTOS.**

Trata-se de embargos à execução opostos pela **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, contra **JULIA CAROLINE DE ARAÚJO ALMEIDA**, alegando falha nos cálculos da embargada, que gerou excesso na execução no valor de R\$443,51 (quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Sustenta que o montante devido foi atualizado erroneamente, devendo ser aplicado o índice de correção monetária previsto na Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativo à Fazenda Pública. Requer, então, a procedência dos embargos, para a fixação do crédito conforme o cálculo por ele apresentado, no valor de R\$ 2.151,94 (dois mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos), atualizado até agosto de 2015.

Os embargos foram recebidos às fls. 122.

A embargada manifestou-se, concordando com a alegação de excesso de execução (fls. 14).

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

A matéria é exclusivamente de direito, não havendo necessidade de outras provas.

O pedido comporta acolhimento.

O excesso de execução foi bem demonstrado pelo Município



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

embargante, que aliás tornou-se incontroverso diante da concordância da embargada a respeito, sendo, portanto, caso de acolhimento dos embargos.

Ante o exposto, correto o valor apontado pela embargante, razão pela qual julgo procedente o pedido e determino que a execução prossiga pelo valor R\$ 2.151,94 (dois mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos), atualizado até agosto de 2015.

Condeno a embargado a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 100,00 (cem reais), considerando a pequena complexidade da matéria e a repetitividade do questionamento, observando-se, se o caso, o disposto no artigo 12, da Lei nº 1.060/50.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 08 de abril de 2016.